

RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.012 - RJ (2017/0006375-4)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E
BIOCOMBUSTÍVEIS
RECORRIDO : POSTO PEDRA PRETA LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 66):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. MULTA ADMINISTRATIVA. ABUSO DE PERSONALIDADE JURÍDICA. NÃO CONFIGURAÇÃO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO. NÃO COMPROVADA.

1 . Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela ANP, objetivando a reforma da decisão que indeferiu a desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada em relação aos sócios.

2. Não se aplica ao caso a norma do art. 135 do CIN, por força da disposição contida no art. 4º, § 2º, da Lei nº 6830/80. Afastada a natureza tributária da exação, torna-se, em princípio, inaplicável a regra do CTN, não se permitindo redirecionar a execução fiscal para cobrança de débitos de natureza não tributária contra o sócio-gerente da empresa devedora.

3. Por outro lado, nos casos em que restar comprovada conduta apta a configurar abuso e violação dolosa de contrato ou lei em detrimento da sociedade, será possível, em caráter excepcional, dita responsabilização, ainda que nos casos de execução fiscal para cobrança de multa administrativa aplicada contra sociedade.

4. Na hipótese, o inadimplemento da obrigação não tem o condão de, por si só, caracterizar a responsabilidade dos sócios. Da mesma forma, o simples encerramento das atividades da empresa não pode ser equiparado à dissolução irregular, afastando-se a aplicação da Súmula nº 435 do STJ.

5. Ainda que se aplicasse ao caso o art. 10 do Decreto nº 3.708/1919, em respeito ao princípio do tempus regit actum, não há prova nos autos que demonstre a ocorrência de qualquer das situações previstas pelo art. 50 do Código de Processo Civil.

Agravo de Instrumento não provido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 4º, 2º, da Lei n. 6.830/1980; 135, II, do CTN; 50 do Código Civil de 2002; 28 do CDC; e 18, § 3º, da Lei n. 9.847/1999, além de apontar dissídio jurisprudencial com julgado desta Corte. Sustenta, em síntese, ser possível o redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da empresa sob o argumento de que ficou caracterizado o abuso da personalidade jurídica ante a dissolução irregular da empresa, bem como a ausência de bens penhoráveis

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A insurgência merece prosperar.

No caso, o Tribunal de origem entendeu que não restavam presentes os requisitos para se deferir a desconsideração da personalidade jurídica, uma vez que não seria verificável fraude ou má-fé pela simples ausência de comunicação do encerramento das atividades da empresa. Confira-se (fls. 63/64):

São duas as hipóteses postas no dispositivo a ensejar a desconsideração da personalidade jurídica, a fim de estender a responsabilidade negocial aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica: desvio de finalidade e confusão patrimonial.

(...)

Compulsando os autos, não logrei encontrar documento que demonstre de modo cabal a ocorrência das situações fáticas previstas no artigo 50 do Novo Código Civil de forma a se acolher o pedido recursal.

De fato, a Agravante não comprovou o enriquecimento dos sócios em detrimento do declínio administrativo e econômico da sociedade, bem assim de não

haver a separação entre o patrimônio destes e o da pessoa jurídica.

Observe-se que o inadimplemento da obrigação não tem o condão de, por si só, caracterizar a responsabilidade dos sócios. Da mesma forma, o simples encerramento das atividades da empresa, conforme se infere da certidão de fl. 33, não pode ser equiparado à dissolução irregular, afastando-se a aplicação da Súmula nº 435 do STJ.

Ocorre que a jurisprudência deste Superior Tribunal já se firmou no sentido de que a empresa que deixa de funcionar em seu domicílio fiscal, sem comunicar aos órgãos competentes, é tida por dissolvida irregularmente. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA TRIBUTÁRIA. POSSIBILIDADE. REDIRECIONAMENTO. RESPONSABILIDADE. SÓCIO-GERENTE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA. SÚMULA 435 DO STJ. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. [...]

2. Consoante o entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça, a desconsideração da personalidade jurídica, embora constitua medida de caráter excepcional, é admitida quando ficar caracterizado desvio de finalidade, confusão patrimonial ou dissolução irregular da sociedade.

3. O enunciado da Súmula 435/STJ não deixa dúvida quanto ao entendimento de que "se presume dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente". Portanto, cabe ao devedor provar que a dissolução da empresa ocorreu de maneira regular. Ademais, não há necessidade de se demonstrar o dolo na dissolução da pessoa jurídica, bastando que ela aconteça.

4. O reexame das características da CDA é inviável, pois demandaria incursão no acervo fático-probatório dos autos. Logo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial." 5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.705.507/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017)

Além disso, segundo entendimento desta Corte, "os indícios que atestem

ter a empresa encerrado irregularmente suas atividades, como certidão do oficial de justiça, são considerados suficientes para o redirecionamento da execução fiscal. Aplicação do princípio da presunção de legitimidade dos atos do agente público e veracidade do registro empresarial" (AgRg no REsp 851.564/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 17/10/2007, p. 275).

A confirmar tal orientação, foi editada a Súmula 435/STJ, no sentido de que: "*Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.*" (Súmula 435/STJ).

Nesse contexto, ao contrário do estipulado pela Corte de origem, é desnecessária a demonstração de má-fé ou a intenção de fraude para que uma empresa seja considerada irregularmente dissolvida, de modo que o quadro fático delineado pelas instâncias originárias autoriza a desconsideração da personalidade jurídica ora pleiteada.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial para julgar procedente o subjacente agravo de instrumento, cassando, assim, a decisão que indeferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica do Posto Pedra Preta Ltda.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator